



Oposição coleta assinaturas para instalar CPI do caso Palocci

Integrantes dos partidos que apoiam a instalação de uma CPI Mista para investigar o crescimento patrimonial da empresa Projeto, do ministro da Casa Civil, Antonio Palocci, se reunirão nesta terça-feira (24), às 11h, na Liderança do PSDB no Senado. A meta é definir estratégias para a coleta de assinaturas para a comissão.

“O objetivo é buscar apoio de parlamentares da base do governo que se encontram descontentes com o silêncio do ministro. A sociedade tem o direito de saber se houve conflito de interesses nas atividades dele”, disse o líder do PSDB na Câmara, **Duarte Nogueira (SP)**.

A oposição pretende esclarecer se houve ganho de vantagens indevidas por meio da empresa ou patrocínio de interesses privados perante órgãos públicos entre 2006 e 2011, além da relação desses fatos com a campanha presidencial de 2010. PSDB, DEM, PPS e Psol participam da iniciativa.

Os partidos acreditam que há indícios suficientes para uma investigação aprofundada sobre o enriquecimento do ministro. No fim de 2010, Palocci comprou um apartamento de R\$ 6,6 milhões. No mesmo ano, o petista coordenou a campanha de Dilma Rousseff e o faturamento da empresa chegou a R\$ 20 milhões. Contratos da Projeto previam “cláusulas de sucesso” caso o negócio desse certo, o que aumenta a suspeita de tráfico de influência.

“Quando se fala em taxa de sucesso, consagra-se a existência do tráfico de influência. É evidente que Palocci, por meio da consultoria, obteve valores exponenciais pela influência que exerce”, declarou da tribuna o líder tucano no Senado, **Alvaro Dias (PR)**. Para abrir a CPI, são necessárias as assinaturas de 171 deputados e 27 senadores. @

SUSPEITA DE IRREGULARIDADES

Requerimento da oposição traz a justificativa para a investigação. Confira trecho do documento:

“Desde a revelação desses fatos, o ministro tem sido questionado pelos partidos de oposição, pela imprensa e pela sociedade brasileira sobre a origem de seu enriquecimento, cuja resposta tem sido negada, sistematicamente.

O governo federal tem se utilizado de todos os recursos possíveis para evitar maior exposição ao ministro, inclusive com ações articuladas com parlamentares do bloco de apoio para impedir a convocação do ministro para prestar esclarecimentos.

Tais ações não fizeram senão contribuir para o aumento das suspeitas de irregularidades por meio da empresa de consultoria.”

- @ ■ Principal mercadoria que empresa tem para oferecer é o tráfico de influência, afirma ITV
- Fiscalização vota convocação de ministro e de parceiros em consultoria milionária

Tucanos reprovam ameaças do Planalto para impedir investigação

Parlamentares do PSDB condenaram a estratégia do Palácio do Planalto de ameaçar os integrantes da base aliada que assinarem o requerimento para criação da CPI Mista de investigação do ministro da Casa Civil, Antonio Palocci. Segundo o jornal “O Globo”, o instrumento de pressão do governo para cobrar fidelidade são os cargos. Quem “não se comportar como aliado” entrará na lista negra.

Na avaliação do líder do PSDB no Senado, **Alvaro Dias (PR)**, o Planalto adota um modelo já visto nos últimos anos. “Há uma máquina monumental de blindagem que tenta, no Congresso Nacional, impedir a fiscalização eficiente e a investigação indispensá-

vel, quando as denúncias são consistentes”, criticou em pronunciamento no plenário.

De acordo com a reportagem, os parlamentares que possuem cargos no Executivo teriam a obrigação de se comportar como aliados. Aqueles que não têm vaga garantida e ameaçarem “alguma rebelião” – assinar o pedido de CPI – entrarão para a lista negra.

O líder da Minoria na Câmara, **Paulo Abi-Ackel (MG)**, considerou “lamentável” a atitude. “É uma demonstração de fazer prevalecer o desejo governista usando a máquina do Estado, o que é, em todos os aspectos, absolutamente condenável. O governo se alia ao ministro para sonegar informações ao país”, disse o tucano.

O deputado **Luiz Fernando Machado (SP)** também reprovou a estratégia. “Cargos não devem ser leiloados em troca de uma absolvição sumária. O enriquecimento está constatado e há indícios suficientes para que a oposição inicie um processo de investigação”, avaliou.

“Essa prática é conhecida: passar a mão na cabeça da desonestidade e blindar os eventuais desonestos.”

- Senador Alvaro Dias (PR)

“Contrabando” em MPs demonstra autoritarismo do PT, alertam Imbassahy e Colnago



Os deputados **Antonio Imbassahy (BA)** e **César Colnago (ES)** reforçaram as críticas às medidas provisórias em pauta na Câmara. Os tucanos afirmaram que as MPs 517/10 e 521/10 são exemplos claros do “contrabando” praticado pelo Planalto nos textos enviados ao Congresso. As matérias misturam assuntos sem relação entre si e atropelam funções básicas do Legislativo, como a elaboração de leis.

A MP 517/10 tem o objetivo de estimular a formação de um mercado privado de financiamento de longo prazo. No entanto, o texto inclui a prorrogação da Reserva Global de Reversão (RGR), encargo que incide sobre a conta de luz e seria extinto este ano. Já a MP 521/10, que trata das condições de trabalho de médicos residentes, mistura itens que afrouxam as regras de licitação para obras da Copa de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

“Está havendo um contrabando que desmoraliza o processo legislativo. Estão atropelando tudo, colocando coisas

que não têm nenhum sentido”, condenou Colnago. Para Imbassahy, o Planalto presta desserviço à população por meio das alterações nas MPs. O tucano lembra que, apesar do discurso em defesa de energia mais barata, o governo deixará de reduzir a conta com a MP 517/10.

Quanto às regras de licitações previstas na MP 521/10, Imbassahy afirma que se trata de uma “imoralidade”. “Temos que estar atentos e denunciar essas falcatruas. É uma imoralidade fazer concorrência pública sem projeto, enfraquecendo o critério de fiscalização e sem garantir a qualidade”, alertou.

A Câmara também pode votar a MP 520/10, que cria a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares S.A. (EBSERH). O novo órgão é, na avaliação de sindicalistas, uma forma de privatizar os hospitais universitários. O PSDB é contrário à MP. O partido deverá ajuizar Ação Direta de Inconstitucionalidade contra a proposta.  

“Podariam agora eliminar essa Reserva Global de Reversão (RGR) para reduzir o valor da tarifa de luz, mas não fazem. Falam uma coisa e fazem outra.”

■ Deputado **Antonio Imbassahy (BA)**

“O papel da oposição é denunciar à sociedade que o governo faz o que bem quer e que o Congresso não pode ficar só como carimbador de medidas provisórias.”

■ Deputado **César Colnago (ES)**



Corte em saneamento revela irresponsabilidade do governo federal, condenam deputados

O pífio desempenho na expansão da rede de esgotos reforça a falta de compromisso do governo brasileiro com a população carente. Essa é a avaliação dos deputados **Carlos Roberto (SP)** e **Carlos Brandão (MA)**. Cerca de metade dos domicílios (45%) está desconectada do sistema de escoamento, revela a revista “Veja”. Para piorar, o “Valor Econômico” aponta redução de 12% nos investimentos em saneamento básico nos primeiros quatro meses do ano, numa comparação com igual período de 2010.

Para Carlos Roberto, a redução de investimentos demonstra que o PT tem preocupação zero com o brasileiro. “Investindo em saneamento, milhões serão economizados com saúde. A população brasileira menos privilegiada é carente desse serviço. Portanto, cortar recursos é uma irresponsabilidade. É não ter compromisso com o povo”, reprovou.

Carlos Brandão afirma que a redução do repasse de verbas para saneamento por parte da presidente Dilma Rousseff tem dois motivos: a escalada da inflação e a

ganstância do governo passado. O tucano critica a atuação da Funasa, instituição responsável pelas obras do sistema de escoamento no país. Para ele, a empresa tem pouca utilidade prática.

“A Funasa é o órgão mais inoperante do governo federal. Trata-se de uma instituição importante para o saneamento e o sistema de abastecimento de água. As obras são importantes. No entanto, o sistema de liberação da Funasa está engessado. Não há uma ampliação no quadro de funcionários. Por conta disso, o serviço se torna ineficiente”, disse.  


Frac desempenho

■ 45% das residências brasileiras permanecem desconectadas do sistema de escoamento

■ Se o ritmo for mantido, os mais pobres serão atendidos pelo sistema coletor só em 2048


■ O Ministério das Cidades sofreu corte de 40,6% no orçamento de 2011, caiu de R\$ 21 bi para R\$ 8,6 bi

Leia também em nosso blog:

- ➔ Parlamentares defendem aplicação rigorosa de leis contra improbidade administrativa 
- ➔ Projeto de Otavio Leite substitui pilhas e baterias descartáveis por recarregáveis
- ➔ Artigo: “Copa sim, corrupção não!”, por César Colnago
- ➔ Andreia Zito critica ausência de prefeitos em reunião da Comissão das Catástrofes da Região Serrana do Rio
- ➔ Seminário na Câmara debate exploração e turismo sexual infantil
- ➔ Direto do Twitter, com os deputados Duarte Nogueira (SP), Bonifácio de Andrada (MG), César Colnago (ES) e Carlos Alberto Leréia (GO) e o senador Alvaro Dias (PR)
- ➔ Direto do Plenário, com o deputado Márcio Bittar (AC) e os senadores Alvaro Dias (PR) e Marisa Serrano (MS)

EXPEDIENTE - Câmara dos Deputados - Anexo II, sala 131 CEP 70160-900 Brasília (DF) ■ Telefone: (61) 3215-9351 ■ Fax: (61) 3215-9350

■ Coordenador de redação: Marcos Côrtes ■ Editores: Elisa Tedes e Gabriel Garcia ■ Reportagem: Alessandra Galvão, Artur Filho, Djan Moreno, Laize de Andrade e Letícia Bogéa ■ Editora da Rádio PSDB: Ana Maria Mejia ■ Diagramador: Francisco Maia ■ Op. de áudio: Elyvio Blower

As notas com conteúdo adicional no blog estão identificadas com , enquanto aquelas com boletim de rádio disponível em nosso site têm o símbolo 